

ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA



Consultor - CIAT : Edimilson Ahid



PRINCIPAIS CONCEITOS

O que é TRIBUTO ?

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

(Art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN))

Em termos gerais classificam-se cinco espécies de tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições parafiscais.

PRINCIPAIS CONCEITOS

ESPÉCIES DE TRIBUTOS

- a) **Impostos:** incidem, por exemplo, sobre a propriedade de imóvel urbano (IPTU), a disponibilidade de renda (Imposto sobre a Renda), a propriedade de veículo automotor (IPVA), entre outros.
- b) **Taxas:** as taxas decorrem de atividades estatais, tais como os serviços públicos ou do exercício do poder de polícia. Exemplos: custas judiciais e a taxa de licenciamento de veículos.
- c) **Contribuições de Melhoria:** as contribuições de melhoria se originam da realização de obra pública que implique valorização de imóvel do contribuinte. Por exemplo: benfeitorias no entorno do imóvel residencial.

PRINCIPAIS CONCEITOS

d) **Empréstimos compulsórios:** têm por finalidade buscar receitas para o Estado a fim de promover o financiamento de despesas extraordinárias ou urgentes, quando o interesse nacional esteja presente . Ex: Calamidades Públicas

e) **Contribuições Parafiscais:** são tributos instituídos para promover o financiamento de atividades públicas. São, portanto, tributos finalísticos, ou seja, a sua essência pode ser encontrada no destino dado, pela lei, ao que foi arrecadado.

Ex: Contribuições Sociais, FGTS e outras

PRINCIPAIS CONCEITOS

IMPOSTOS ESTADUAIS

- 1) ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
É de competência dos Estados e do Distrito Federal.

- 1) IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
É um imposto estadual pago anualmente pelo proprietário de todo e qualquer veículo automotor ao qual seja exigido emplacamento.

- 1) ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação
É um tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal, cujo fato gerador é a transmissão causa mortis de imóveis e a doação de quaisquer bens ou direitos.

PRINCIPAIS CONCEITOS

RECEITAS PÚBLICAS

A Receita Pública é o valor em dinheiro administrado pelo Tesouro Nacional usado para pagar as despesas e investimentos públicos. É o resultado dos impostos, taxas, contribuições e outras fontes redirecionados para as despesas públicas. Ela é formada pelos tributos pagos pelos cidadãos e pelos empréstimos feitos pelo Governo.

Sendo assim, as receitas públicas podem constituir-se em originárias ou derivadas.

Receitas Originárias: são as provenientes do patrimônio estatal.

Receitas Derivadas: são provenientes através do Estado por meio de tributos e multas.

A receita pública também pode ser dividida em efetiva e não-efetiva. A primeira é aquela em que os recursos não são obrigações e dessa forma mudam a condição líquida patrimonial, ou seja, é a que provêm do próprio setor público como os impostos. Já a não-efetiva refere-se aos recursos que não mudam a condição líquida patrimonial e não são da arrecadação, como as operações de crédito.

Podem ser classificados três tipos de receitas públicas: cobrança de tributos, prestação de serviços e venda de materiais.

PRINCIPAIS CONCEITOS

CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS

Receitas Orçamentárias e Extra-orçamentárias

A receita pública pode ter natureza orçamentária, quando os recursos não serão restituídos posteriormente ou natureza extra-orçamentária, quando os recursos deverão ser devolvidos.

Receita Orçamentária:

Fonte de recursos que são do Estado e que não serão devolvidos. São usados nas despesas públicas e podem ser previstas na lei orçamentária anual.

Receita Extra-Orçamentária:

São patrimônios que serão devolvidos futuramente, pois se tratam de recursos transitórios do Estado e que não podem ser previstos no orçamento. É usado para pagar as despesas extra-orçamentárias e podem ser convertidas em orçamentárias no momento em que o Estado consegue se beneficiar de decisões administrativas favoráveis.

PRINCIPAIS CONCEITOS

TIPOS DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

1) Receitas Correntes

Conforme a lei 4.320/64 Art.11 § 1º São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

- Receita Tributária: Corresponde aos tributos relacionados a legislação tributária: contribuições, taxas e impostos.
- Receitas de Contribuições: Está relacionada as receitas de caráter social e as de caráter econômico. São analisadas como encargos parafiscais.
- Receita Patrimonial: Surge por meio do uso econômico do patrimônio público como juros e dividendos.
- Receita Agropecuária: Resultado da exploração das atividades agropecuárias.
- Receita Industrial: Resultado das atividades industriais como serviços de utilidade pública, construção civil e extrativismo mineral.

PRINCIPAIS CONCEITOS

- Receita de Serviços: Resultante das seguintes atividades: meios de transportes, serviços, comércio, serviços educacionais e etc...
- Transferências Correntes: São recursos financeiros concebidos por pessoas jurídicas ou físicas e que são utilizadas no atendimento de Despesas Correntes. Isso é importante para compreender a origem da receita e sua destinação.
- Outras Receitas Correntes: São receitas que não se adequam aos já citados anteriormente. Ex: juros de mora, multas, cobrança da dívida ativa, etc.

PRINCIPAIS CONCEITOS

2) Receitas de capital

Receitas que surgem da contração de dívidas, ***provenientes de operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos concedidos, transferências de capital e outras receitas de capitais;***

- Operações de Crédito: Está relacionada com a obtenção de recursos com o intuito de suprir disparidades orçamentárias ou financiar obras públicas. São essas operações de crédito que cobrem déficits orçamentários.
- Alienação de Bens: Está correlacionada com alienação de bens patrimoniais como imóveis e ações.
- Amortização de Empréstimos: A amortização de empréstimos é considerada uma receita de capital.
- Transferências de Capital: Estão associadas as Despesas de Capital e nela devem ser aplicadas.
- Outras Receitas de Capital: Estão relacionadas com as Receitas de Capital que não podem ser classificadas em outras fontes.

PRINCIPAIS CONCEITOS

ESTÁGIOS DA RECEITA

A receita pública deve ocorrer por meio de uma sequência de ações para auxiliar a entrada dos recursos financeiros nos cofres estatais. Confira os seguintes estágios:

1) Previsão

É uma estimativa em relação as receitas no intuito de estabelecer uma proposta orçamentária para aprovação no legislativo e na criação de uma Lei Orçamentária, sendo implantada na Lei 4.320/64.

2) Arrecadação

O processo de arrecadação ocorre quando o Estado recolhe, tributos, multas e créditos. Os valores arrecadados devem ser redirecionados para a Conta Única do Tesouro Nacional. A Arrecadação pode acontecer nos casos em que são retidos ou descontados os tributos como acontece com o IRPF descontado na folha de pagamento. A arrecadação pode ser caracterizar em direta, quando é realizada pelo próprio Estado, ou indireta, em casos em que a arrecadação é feita por terceiros conveniados ao Estado. São denominados agentes de arrecadação responsáveis pelo recolhimento, são eles: Agentes públicos e ou Agentes privados.

3) Recolhimento

O processo de recolhimento ocorre quando o agente arrecadador (público ou privado) repassa o o que foi arrecadado para o Tesouro Público ou banco oficial. Essa conta única está no Banco Central.

PRINCIPAIS CONCEITOS

CONVÊNIOS BANCÁRIOS

Os Convênios Bancários tem por objetivo a prestação de serviço de arrecadação de tributos estaduais, realizados através da Guias de Recolhimento, podendo ser de dois tipos: GNRE e ou DARE.

As Secretárias de Fazendas firmam os convênios delimitando, através de cláusulas contratuais, os direitos e deveres para ambos os lados.

O Serviço prestado está sujeito a sanções quando não cumprido as cláusulas estabelecidas entre as partes. Tais como : Atraso na Entrega dos Arquivos, Recebimento de Pagamentos Errados, Omissões de Pagamentos e etc...

A prestação de serviço pela instituição financeira poderá ser cobrada de forma diferenciada, seja por tipo de convênio e ou as formas de recolhimento estabelecidos entre as partes.

PRINCIPAIS CONCEITOS

ARQUIVOS DE ARRECADAÇÃO

Os Leiautes dos arquivos de arrecadação encaminhados pelas Instituições Financeiras obedecem o padrão FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.

Os Leiautes dos arquivos para troca de Informações Financeiras seguem aos modelos do tipo STR – Sistema de Transferências de Reservas e são definidos pelo BACEN.

Os envios dos arquivos são feitos através de meios magnéticos, podendo ser : WebServices e ou Aplicações Disponibilizadas pelos Agentes Bancários.

Os arquivos podem ser encaminhados de forma parcial (15 em 15 minutos) e ou consolidados, transferidos no dia seguinte. O Intervalo das transmissões podem variar em função do Banco e o Tipo de Convênio.

Atualmente, trataremos os seguintes tipos de Arquivos:

Modelo FEBRABAN : Arquivos dos Convênios de Arrecadação, tais como : GNRE, DARE, IPVA e SIMPLES NACIONAL.

MODELO STR: Arquivos do Tipo STR20, onde são informados o total de recolhimentos realizados pelos bancos convênidos para o banco centralizador da SEFAZ.

PRINCIPAIS CONCEITOS

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Diante da necessidade de uma melhor distribuição da parcela dos tributos arrecadados, ficou estabelecido pela Constituição que a União repartirá algumas de suas receitas com os Estados, DF e Municípios, e os Estados distribuirão parte de suas receitas tributárias com os Municípios.

Temos 13 impostos previstos na Constituição Federal, onde :

- 7 Competência Privativa da União,
- 3 dos Estados,
- 3 dos Municípios
- 6 Competência do Distrito Federal.

A repartição pode ocorrer, das seguintes formas:

1) Repartição Direta - quando o ente beneficiário pela repartição da receita recebe-a diretamente sem qualquer intermediário e sem que esta receita faça, antes da repartição, parte de qualquer fundo constitucional.

Ex.: a Constituição Federal atribui aos Municípios metade do IPVA arrecadado pelos Estados em virtude dos veículos automotores licenciados em seus territórios, está fazendo repartição direta de receita.

2) Repartição Indireta - é quando os recursos a serem repartidos são destinados a um fundo de participação cujas receitas serão divididas entre os beneficiários seguindo os critérios legais e constitucionais previamente definidos. É o caso da quota do fundo de participação dos municípios a que o Município tem direito. Como o repasse é feito após a destinação dos recursos sujeitos à repartição (47% do Imposto de Renda e 47% do IPI) ao citado fundo.

PRINCIPAIS CONCEITOS

3) Os tributos vinculados (taxas e contribuições de melhoria) não estão sujeitos a qualquer repartição.

4) No que concerne aos empréstimos compulsórios, a vinculação constitucional da sua arrecadação às despesas que fundamentaram sua instituição também têm como consequência a inexistência de repartição das receitas com eles arrecadadas.

5) Quanto às contribuições especiais e à contribuição de iluminação pública do artigo 149-A, a regra é também a inexistência de repartição de receitas arrecadadas, em virtude da vinculação do destino dos recursos.

Todavia, com o advento da Emenda Constitucional nº. 42, passou a existir exclusivamente uma contribuição especial sujeita à repartição. É o caso da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível. A CIDE-combustíveis, passou a ter 29% de sua arrecadação dividida com os Estados-membros, devendo estes entregar 25% do montante recebido aos Municípios.

Concluindo :

a) Os únicos tributos cujas receitas são sujeitas à repartição são os impostos e a CIDE-combustíveis.

b) Impostos cujas Receitas não são Repartidas:

- Todos os impostos arrecadados pelos Municípios e pelo Distrito Federal.
- O imposto estadual sobre transmissão causa mortis e doações – ITCD.
- Os impostos federais sobre importação, exportação, grandes fortunas e os extraordinários de guerra.

PRINCIPAIS CONCEITOS

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS

ITCD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação

Destinatários: Estado;

Montante: 100% do imposto que for arrecadado será do Estado

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

Destinatários: Estado e Municípios;

Montante: 50% do imposto que for arrecadado será destinado ao município onde o veículo se encontra licenciado e 50% para o Estado.

3.6) ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

Destinatários: Estado e Municípios;

Montante: 25% do produto da arrecadação, distribuído para o Município e 75% para o Estado

NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO – SEFAZ- TO



PRINCIPAIS INTEGRAÇÕES SISTÊMICAS



ARTEFATOS DA ARRECADAÇÃO

5 – Casos de Uso de Processos

- ARR0100 – Processamento da Arrecadação
 - 9 Casos de Uso Especificados
- ARR0200 – DARE-e
 - 6 Casos de Uso Especificados
- ARR0400 – Controle e Correção
 - 17 Casos de Uso Especificados
- ARR0500 – Solicitações e Pareceres
 - 20 Casos de Uso Especificados
- ARR0900 – Parametrização da Arrecadação
 - 9 Casos de Uso Especificados

1 - Dicionário de Dados

1 - Modelo Relacional (51 Tabelas Próprias)

SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO

- ▶ Problemas de Classificações da Receita
- ▶ Conciliação Bancária Manual
- ▶ Visão Fracionada das Informações da Arrecadação
- ▶ Não identificação dos Erros de Processamento de Arquivos
- ▶ Ausência de Formulários Eletrônicos para Auto Atendimento de Contribuintes
- ▶ Solicitações de Restituições e Correções Pagamentos Manuais
- ▶ Diversas Versões de Barras de DARE
- ▶ Aplicação Online para Geração do DARE, só permite 1 Débito para cada DARE
- ▶ Ausência de Conta Corrente para Apuração de Créditos e Débitos
- ▶ Canal de Comunicação com o Contribuinte deficitária
- ▶ Dentre outros...

PRINCIPAIS VANTAGENS DO NOVO PRODUTO

- ▶ Classificações das Receita e Repasses Parametrizados de forma Sistêmica
- ▶ Conciliação Bancária confrontando os Arquivos Parciais, Consolidados e Arquivos do tipo STR20
- ▶ Visão Integral das Informações da Arrecadação
- ▶ CONTA CORRENTE TRIBUTÁRIA
- ▶ Formulários Eletrônicos para Auto Atendimento de Contribuintes
- ▶ Solicitações, Pareceres de Restituições e Correções Pagamentos via Sistema
- ▶ Unificação das Versões das Barras dos DARE Emitidos
- ▶ Novo Emissor de DARE On Line (DARE-e) , agora permitindo múltiplos Débitos em um único DARE.
- ▶ Redução de Custos com as prestações de contas dos DARE's pagos com as Instituições Financeiras
- ▶ Transparência nos Repasses de Transferências Constitucionais
- ▶ Comunicação com o Contribuinte, via Domicilio Eletrônico
- ▶ Dentre outras melhorias

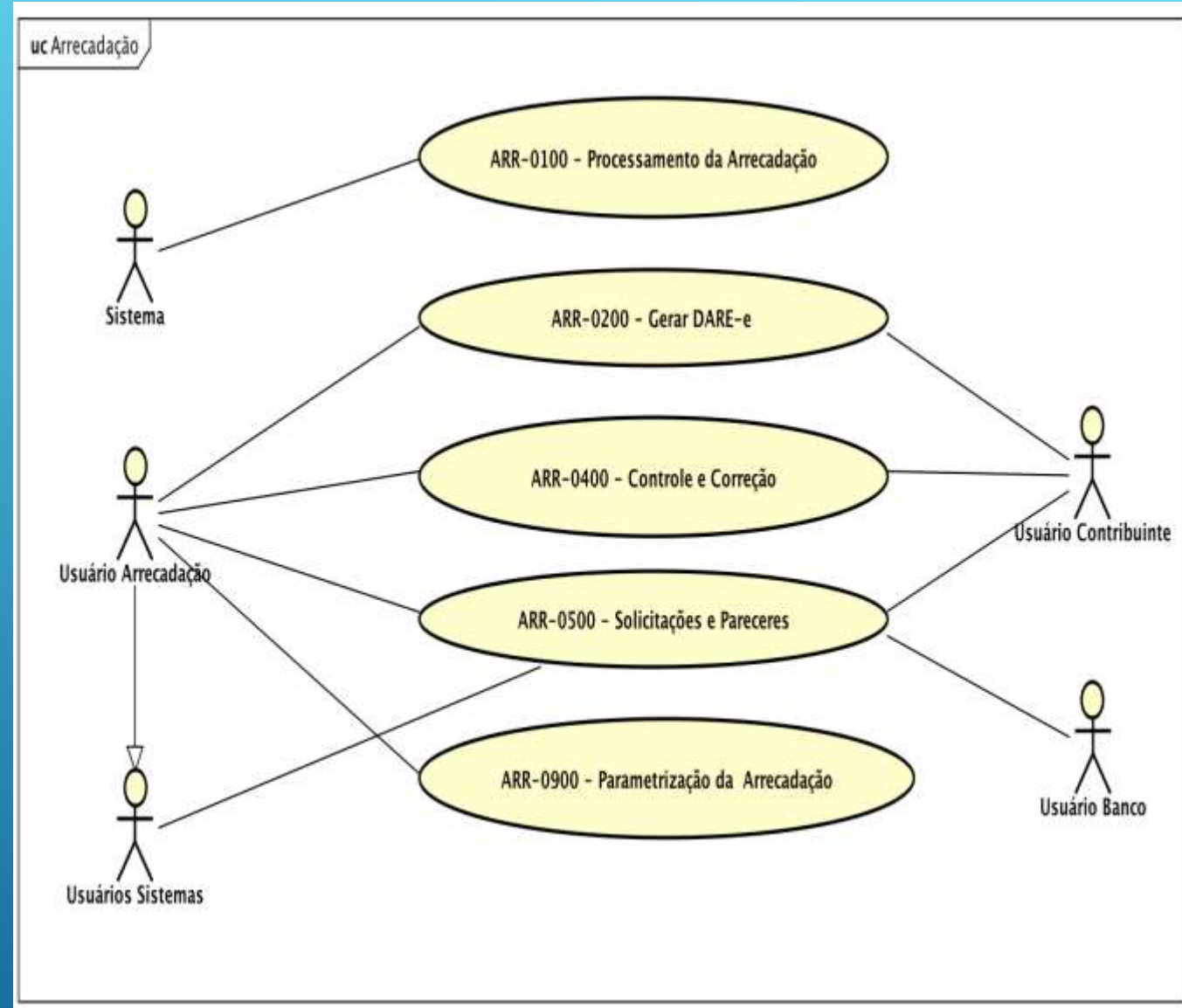
GRUPOS DA ARRECADAÇÃO

ARRECADAÇÃO (ONDA 1)

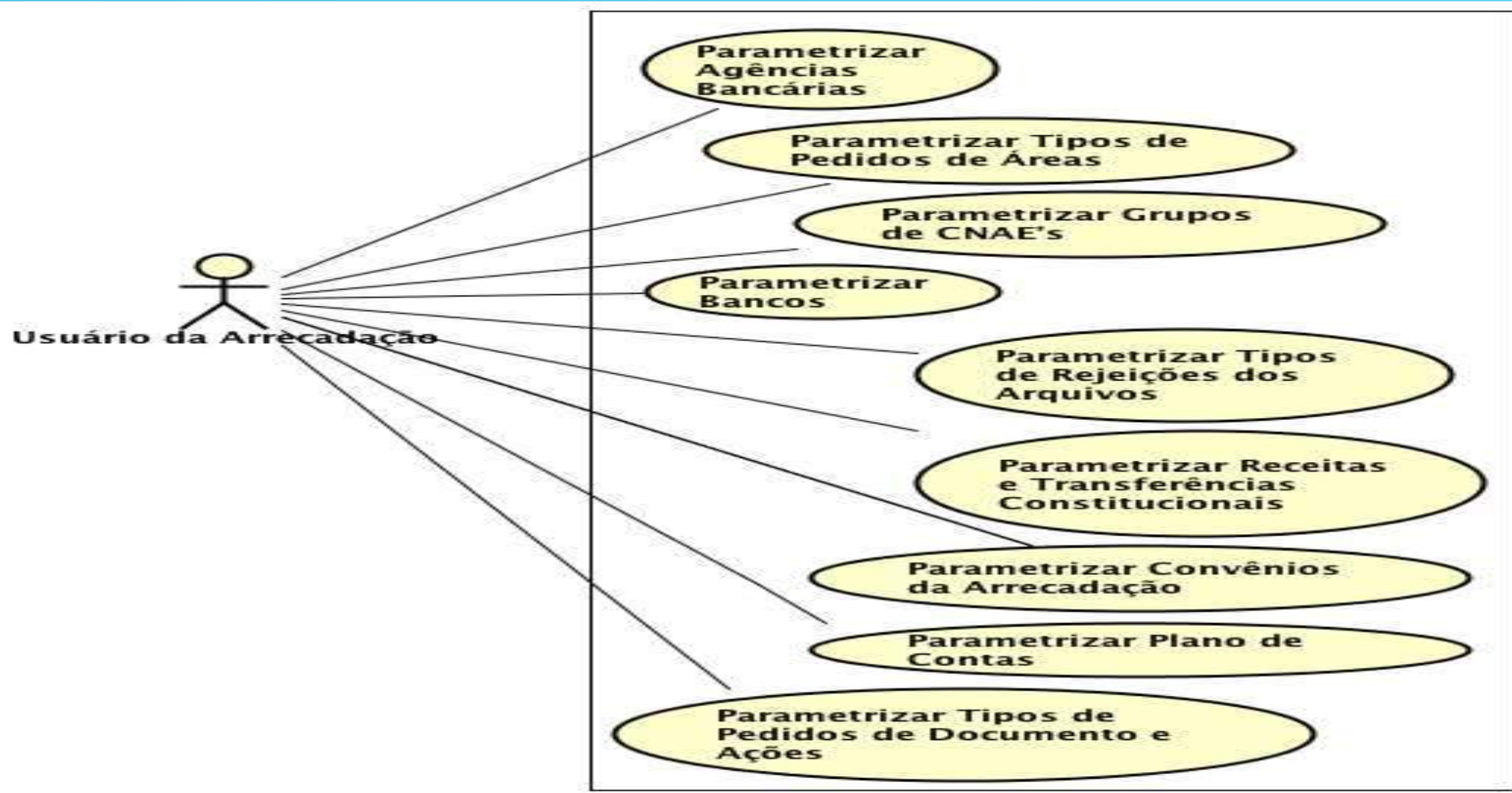
- ARR-0100 - Processamento da Arrecadação
- ARR-0400 - Controle e Correção
- ARR-0900 - Parametrização da Arrecadação

ARRECADAÇÃO (ONDA 2)

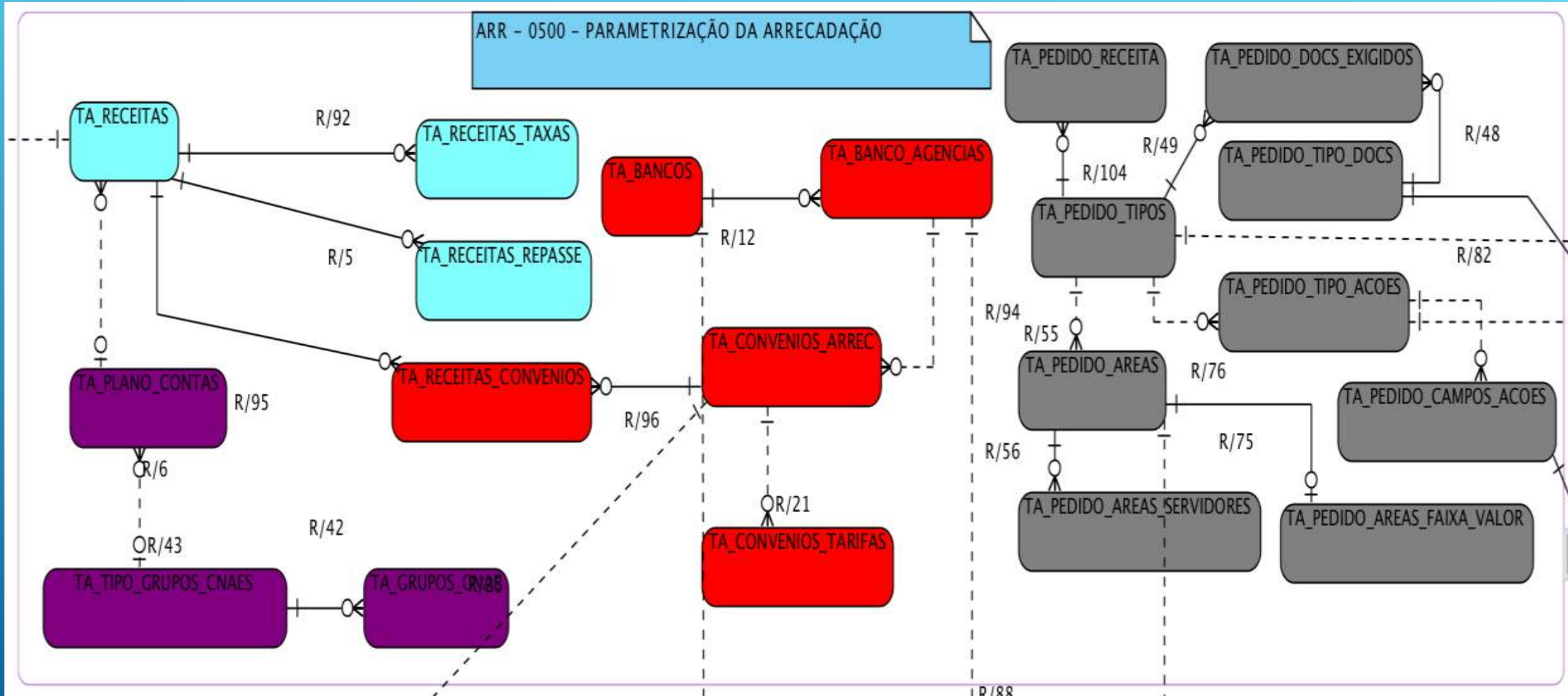
- ARR-0200 - Gerar DARE-e
- ARR-0500 - Solicitações e Pareceres



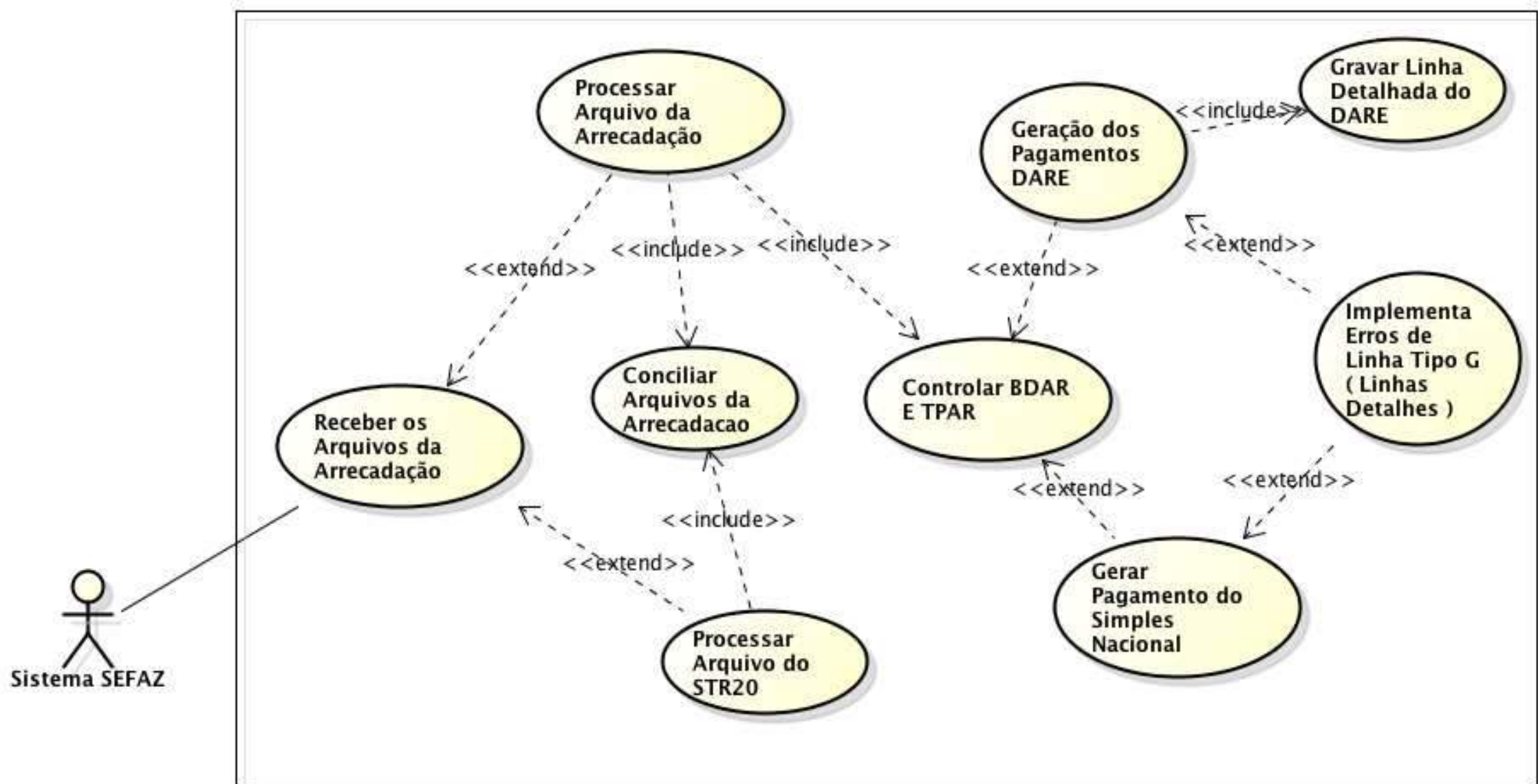
CASOS DE USO GERAL – ARR0900 - PARAMETRIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO



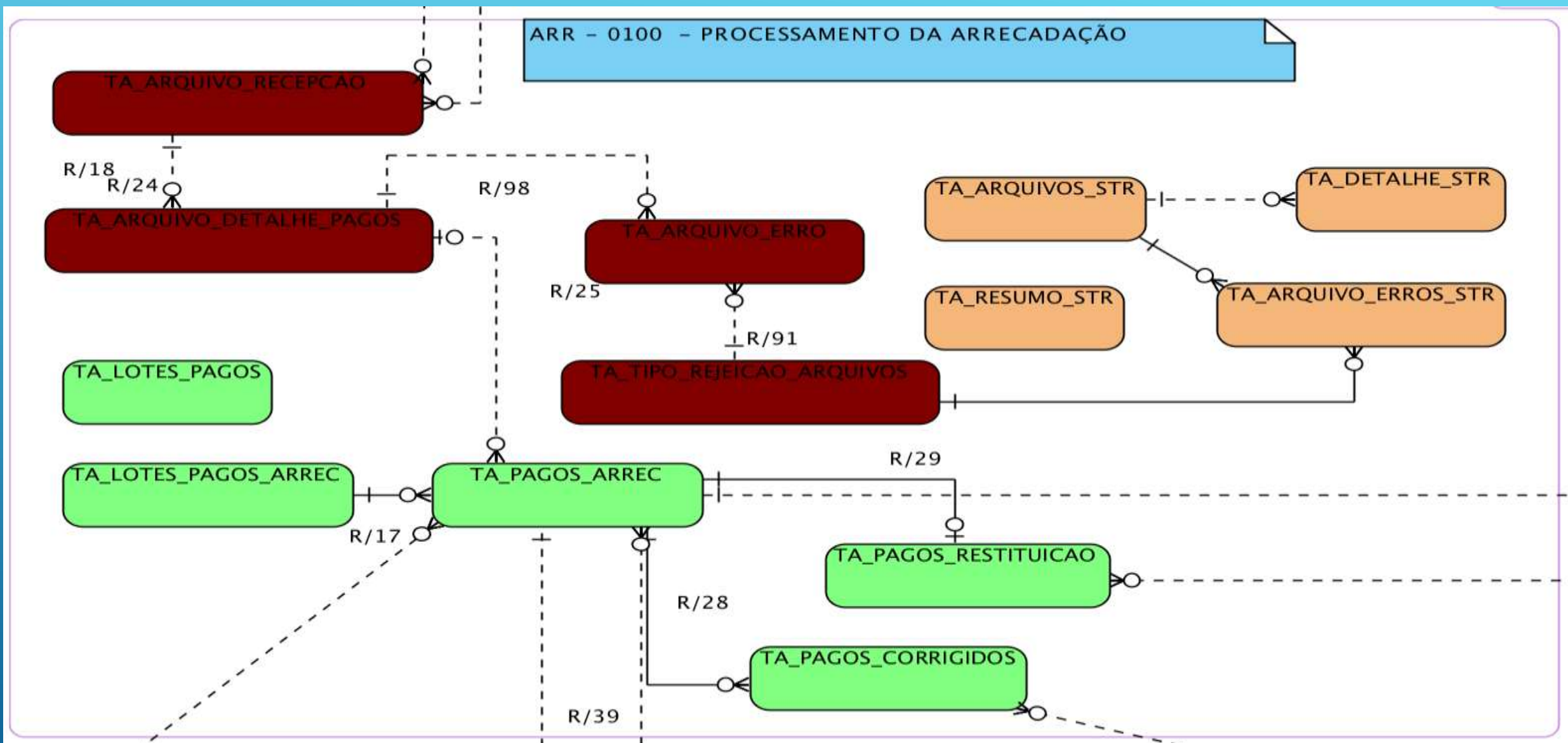
ENTIDADES RELACIONAIS



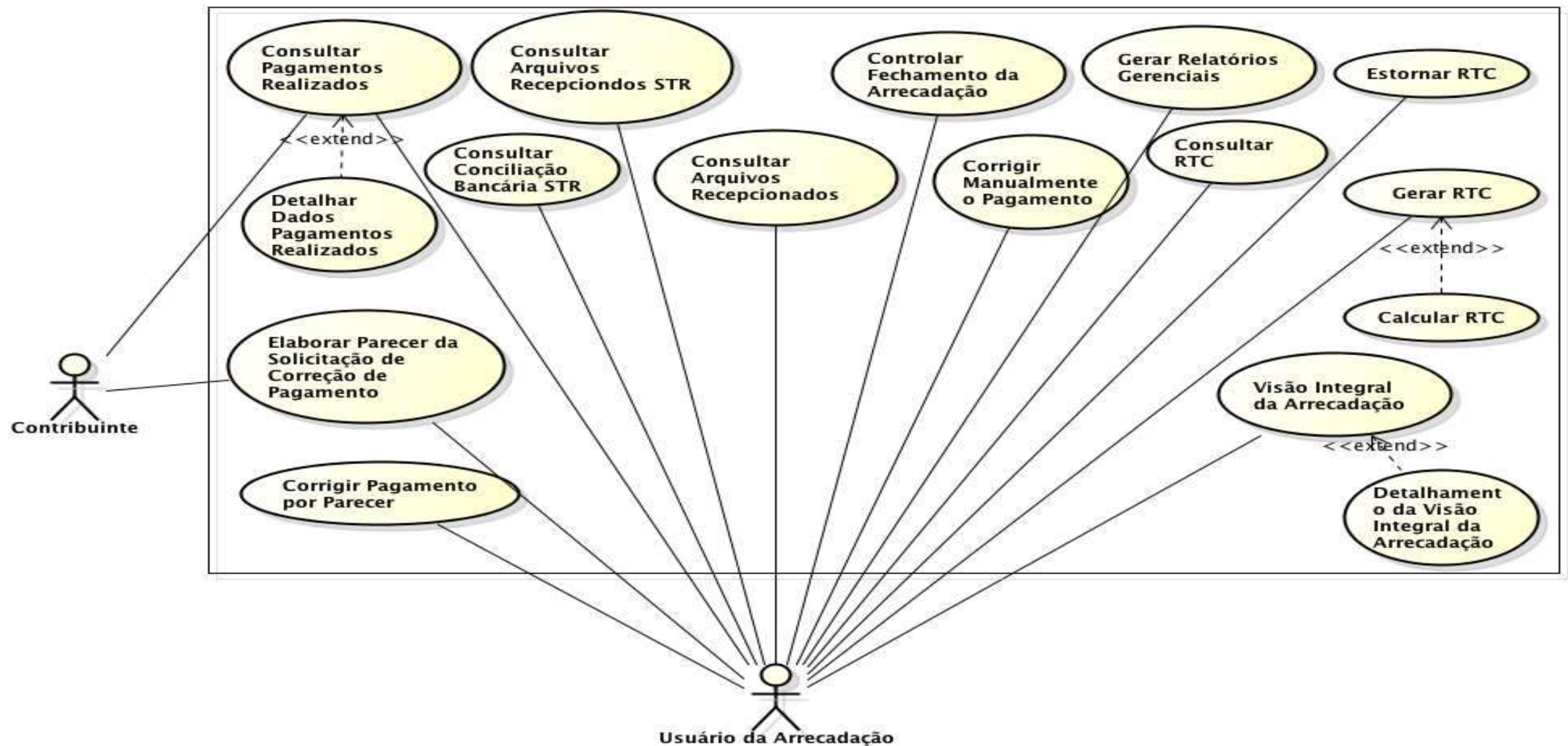
CASOS DE USO GERAL – ARR0100 - PROCESSAMENTO DA ARRECADAÇÃO



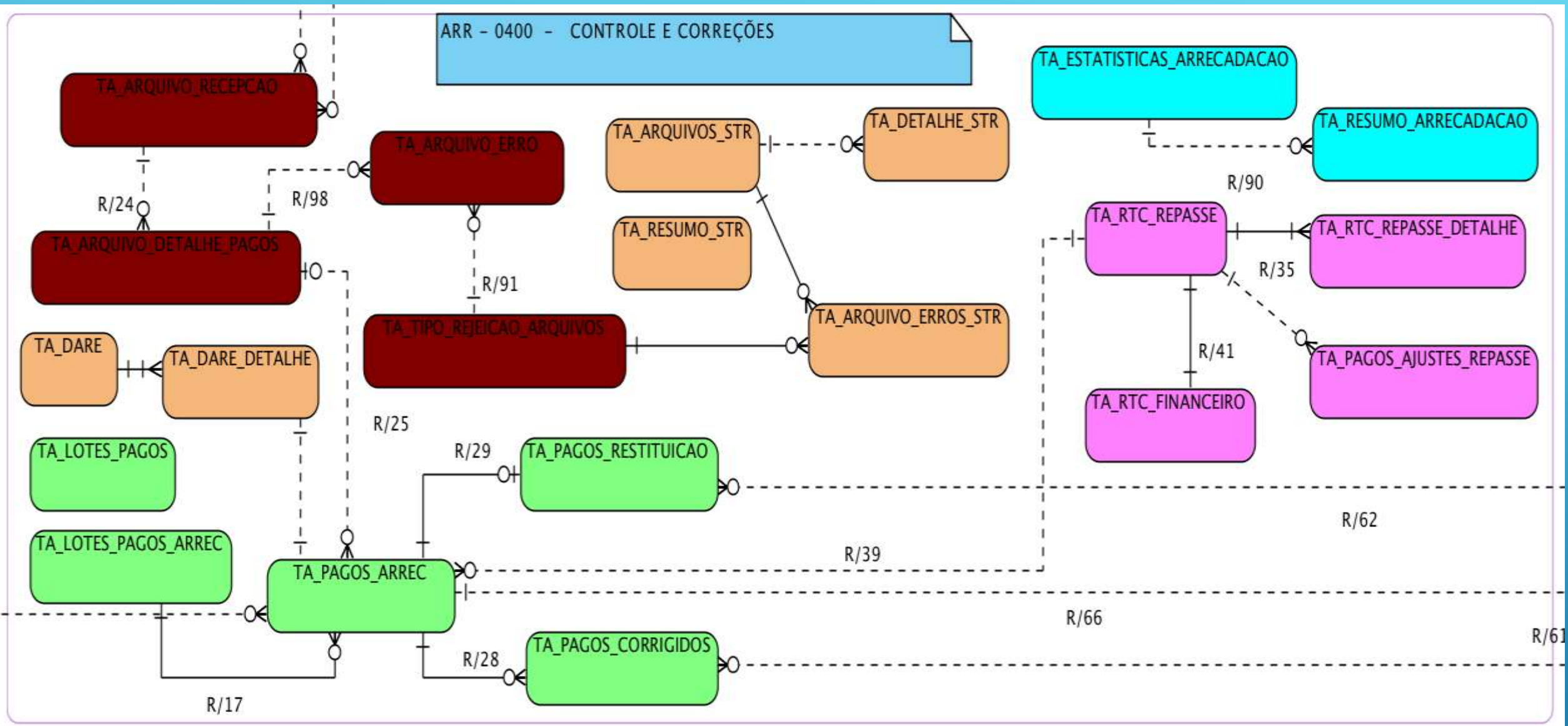
ENTIDADES RELACIONAIS



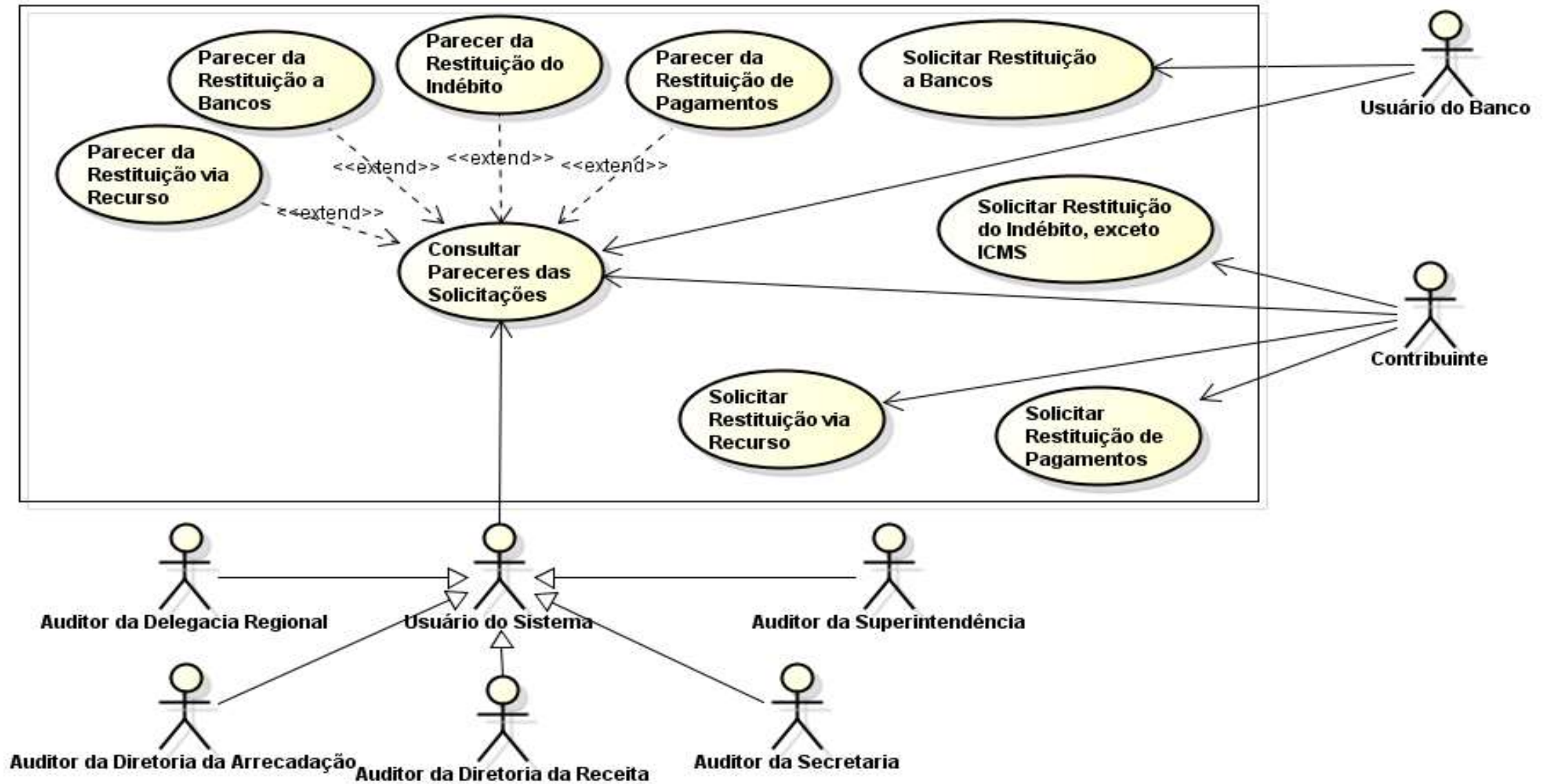
CASOS DE USO GERAL – ARR0400 – CONTROLE E CORREÇÕES



ENTIDADES RELACIONAIS

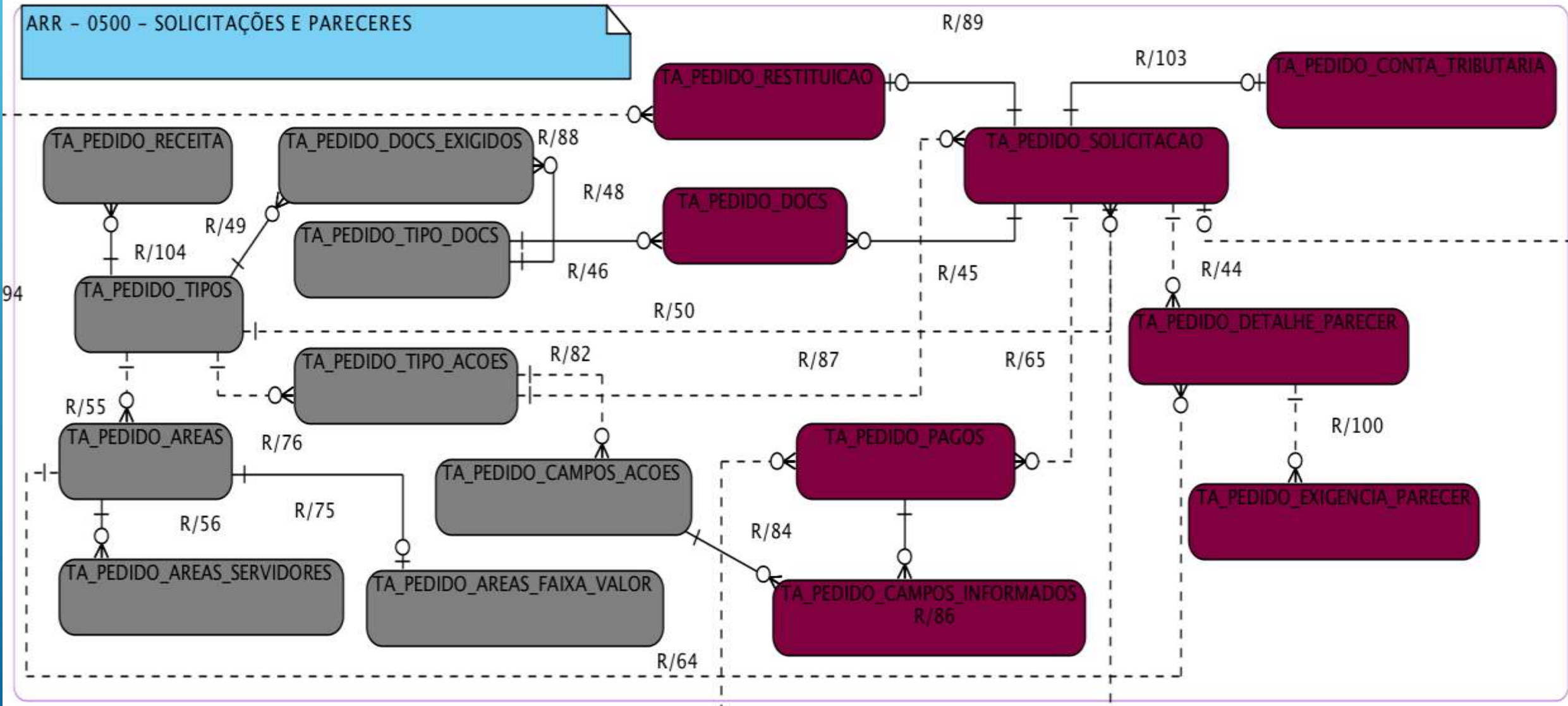


CASOS DE USO GERAL – ARR0500 – SOLICITAÇÕES E PARECERES

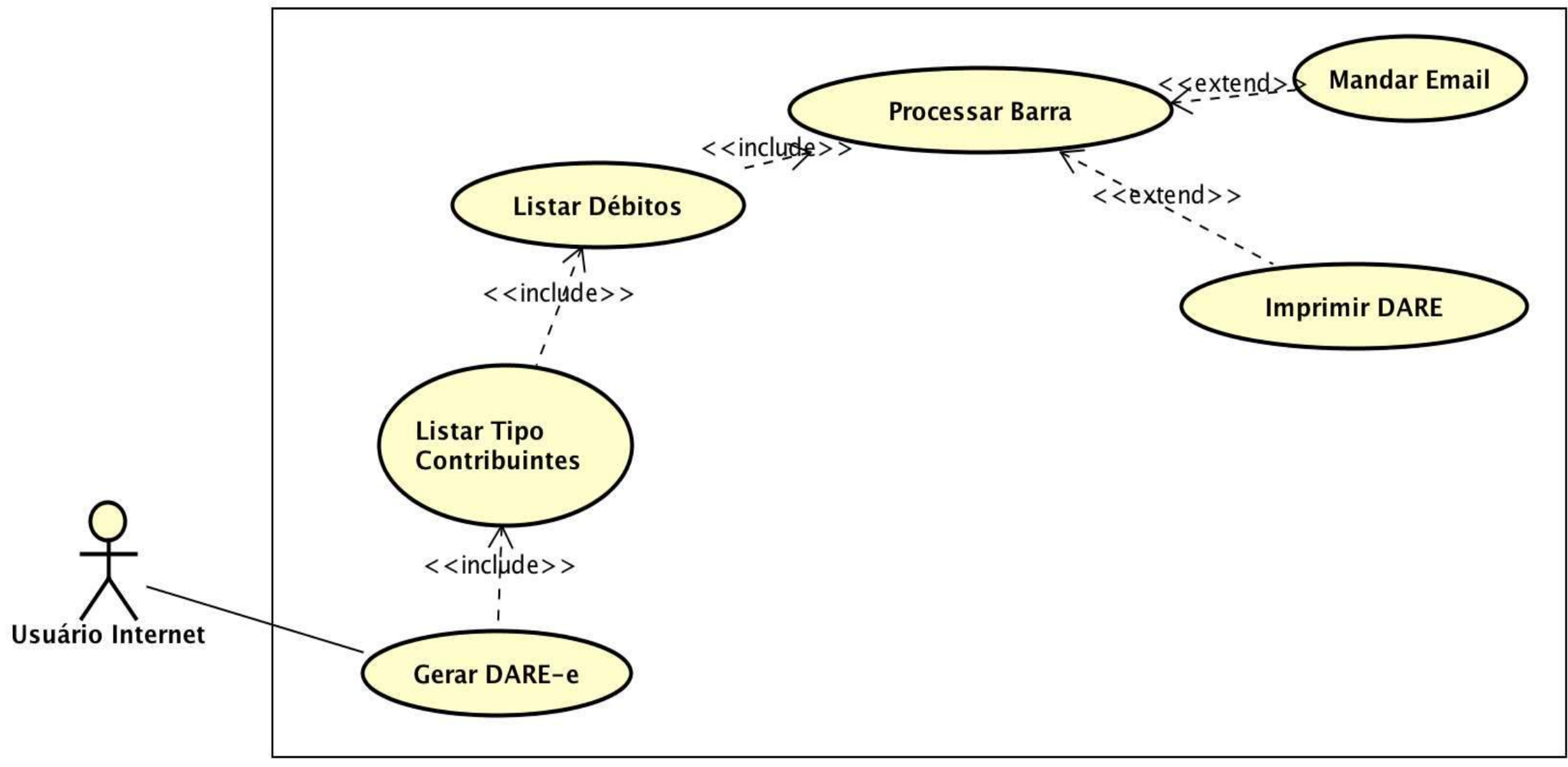


ENTIDADES RELACIONAIS

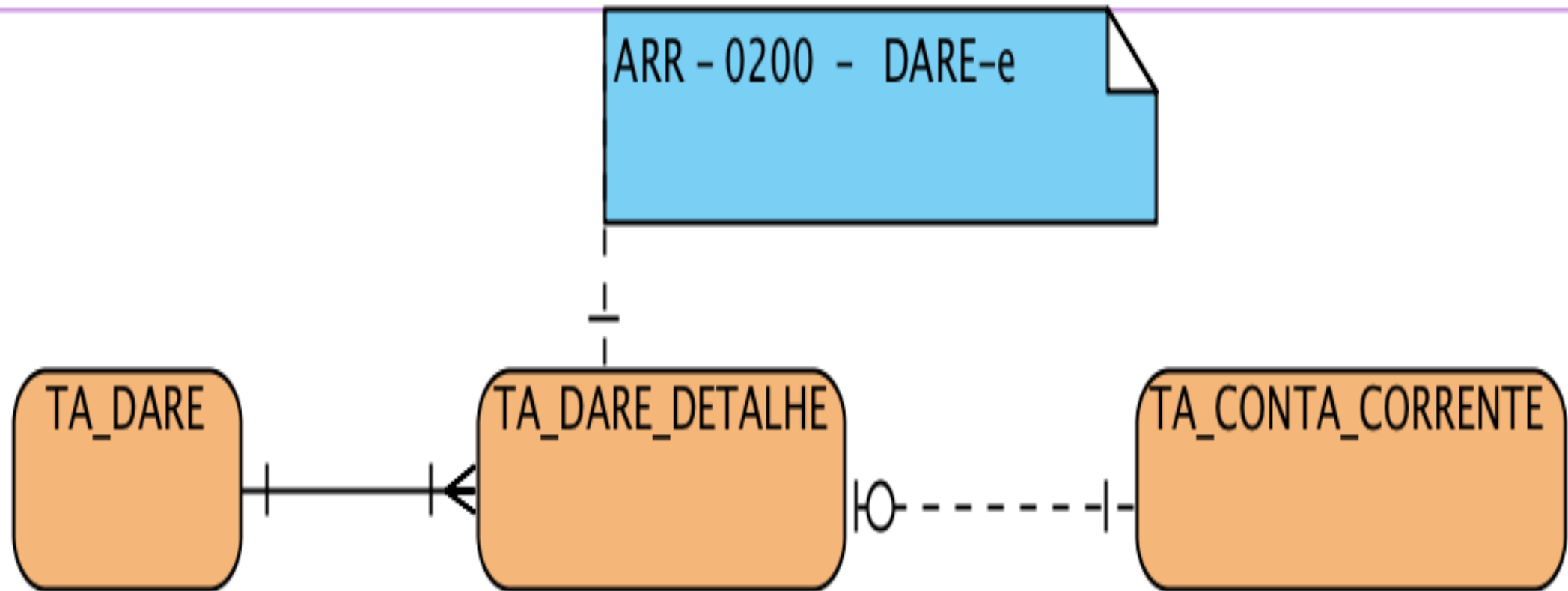
ARR - 0500 - SOLICITAÇÕES E PARECERES



CASOS DE USO GERAL – ARR0200 – DARE-e



ENTIDADES RELACIONAIS



DÚVIDAS ?

MUITO OBRIGADO !!